

# Sumário

PREFÁCIO .....	9
LISTA DE TABELAS .....	21
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	23
INTRODUÇÃO .....	25
CAPÍTULO 1. O CENÁRIO INTERNACIONAL GLOBALIZADO .....	29
1.1 A globalização.....	30
1.1.1 A globalização como fenômeno multidisciplinar .....	31
1.1.2 Globalização política e a crise da soberania do Estado.....	32
1.1.3 A evolução da globalização .....	34
1.1.4 A globalização econômica .....	36
1.1.4.1 Características da globalização econômica .....	37
1.1.4.2 Da empresa multinacional para a corporação transnacional .....	39
1.1.4.3 De Bretton Woods ao consenso de Washington.....	44
1.1.4.3.1 Bretton Woods.....	45
1.1.4.3.2 Consenso de Washington .....	46

1.1.4.3.3 Pós-consenso de Washington.....	51
1.1.4.3.4 A crise financeira mundial de 2008 e 2009 e as propostas de um novo "New Deal" econômico.....	55
1.1.5 A globalização tributária.....	56
1.1.5.1 O Estado fiscal .....	57
1.1.5.2 A soberania tributária.....	60
1.1.5.3 Elementos da globalização tributária.....	64
<b>CAPÍTULO 2.</b>	
<b>A "CONCORRÊNCIA FISCAL PREJUDICIAL" .....</b>	<b>67</b>
2.1 Concorrência .....	67
2.1.1 Concorrência fiscal .....	68
2.1.2 Concorrência fiscal prejudicial .....	70
2.2 Crise do Estado soberano frente à economia – crise paradigmática .....	73
2.3 Por que se instaura a concorrência? .....	78
2.3.1 A corrida ao fundo do poço .....	81
2.3.2 A liberdade de planejamento tributário .....	82
2.4 É real a necessidade de combater tais práticas? .....	85
2.5 A harmonização das políticas tributárias dentro e fora dos processos de integração regionais .....	88
2.6 Os organismos internacionais e a tributação internacional .....	90
2.6.1 A OMC (GATT).....	93
2.6.2 A ONU .....	99
2.6.3 O FMI .....	101
2.7 Código de conduta da União Europeia .....	103
2.8 A OCDE.....	108

2.8.1 O relatório da OCDE no combate à “concorrência fiscal prejudicial” .....	110
2.8.1.1 Paraísos fiscais .....	111
2.8.1.2 Regimes fiscais preferenciais .....	113
2.8.1.3 As medidas defensivas .....	114
2.9 Comparativo entre o relatório OCDE e o código de conduta europeu .....	118
2.10 O atual estágio da concorrência fiscal prejudicial .....	120

### CAPÍTULO 3. TRANSAÇÕES *OFFSHORE* ..... 129

3.1 Algumas espécies de transações <i>offshore</i> que se utilizam de países com tributação favorecida .....	129
3.1.1 Os paraísos fiscais e os centros <i>offshore</i> .....	130
3.1.2 As principais espécies de transações <i>offshore</i> que se utilizam de paraísos fiscais .....	130
3.1.2.1 Preços de transferência .....	130
3.1.2.2 Uso abusivo de tratados internacionais .....	132
3.2 Composições societárias e o ambiente <i>offshore</i> .....	134
3.3 Composições societárias e o uso de países, territórios e jurisdições de tributação favorecida .....	135
3.3.1 Trust .....	136
3.3.2 Grupos de empresas .....	137
3.3.2.1 <i>International holding companies</i> .....	138
3.3.2.2 Centros de coordenação .....	140
3.3.2.3 Interposição de sociedades condutoras – <i>conduit company</i> .....	140
3.3.2.4 Interposição de sociedades-base – <i>base companies</i> .....	141

3.3.2.4.1 Empresas de comercialização - <i>trading companies</i> .....	142
3.3.2.4.2 Sociedades de prestação de serviços.....	143

## CAPÍTULO 4.

### OS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS..... 145

#### 4.1 O tema no direito internacional tributário..... 145

#### 4.2 Os princípios tributários internacionais..... 146

##### 4.2.1 Princípios vinculados aos elementos de conexão (territorialidade e universalidade) – critérios..... 146

##### 4.2.2 Princípio da territorialidade..... 147

###### 4.2.2.1 Sistema territorial puro..... 147

###### 4.2.2.1.1 Critério da fonte..... 148

###### 4.2.2.1.2 Fonte efetiva da renda (produção)..... 148

###### 4.2.2.1.3 Fonte do pagamento..... 149

###### 4.2.2.2 Territorialidade em sentido material..... 150

###### 4.2.2.3 Territorialidade em sentido formal..... 151

##### 4.2.3 Do princípio da universalidade – elementos de conexão subjetivos..... 152

##### 4.2.4 Dos princípios tributários relativos aos valores..... 155

##### 4.2.5 Princípios internacionais..... 158

###### 4.2.5.1 Princípio da igualdade (ou da isonomia)..... 159

###### 4.2.5.2 Igualdade jurídica versus igualdade econômica..... 164

###### 4.2.5.3 Princípio da não-discriminação..... 166

###### 4.2.5.4 Princípio da capacidade contributiva..... 169

###### 4.2.5.5 Princípio da progressividade (subprincípio da capacidade contributiva)..... 173

###### 4.2.5.6 Princípio da neutralidade da tributação (subprincípio da capacidade contributiva)..... 173

4.2.5.7 Princípio da livre concorrência .....	174
4.2.6 A extrafiscalidade como princípio.....	175
4.3 Princípios tributários no direito brasileiro.....	177
4.3.1 Princípio da igualdade, da capacidade contributiva e da não-discriminação no direito brasileiro.....	178
4.3.1.1 Da igualdade.....	178
4.3.1.2 Da capacidade contributiva.....	179
4.3.1.3 Da não-discriminação.....	180

## **CAPÍTULO 5.**

<b>O MODELO BRASILEIRO DE COMBATE À COMPETIÇÃO TRIBUTÁRIA PREJUDICIAL: a tributação de não-residentes e a identificação de paraísos fiscais .....</b>	<b>183</b>
---	------------

5.1 A elisão: exercício de um direito individual ou obrigação geral de contribuição frente às lacunas .....	184
5.2 O modelo tributário brasileiro.....	186
5.3 O Brasil e a concorrência fiscal prejudicial .....	187
5.4 A legislação brasileira .....	188
5.5 Países de tributação favorecida na lei .....	189
5.6 Legitimidade em tributar remessas para não-residentes.....	193
5.6.1 Fonte de pagamento ou fonte de produção .....	194
5.7 Critérios para a identificação de países de tributação favorecida.....	196
5.7.1 No mundo .....	197
5.7.2 No Brasil .....	199
5.8 Alíquota nominal ou alíquota efetiva .....	200
5.9 A tipificação administrativa .....	202

5.10 Lista brasileira de países de tributação favorecida ( <i>black list</i> ) .....	203
5.10.1 A taxatividade ou exemplificatividade das listas.....	206
5.10.2 A análise da taxatividade ou da mera exemplificatividade.....	208
5.10.2.1 Análise legal.....	209
5.10.2.2 Análise pragmática.....	209
5.10.2.3 Análise principiológica.....	211
5.10.2.4 Proposta de entendimento .....	212
5.11 Substituto ou responsável tributário e o contribuinte de fato .....	213

## CAPÍTULO 6.

### A MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA NA LEI BRASILEIRA INCIDENTE SOBRE AS REMESSAS PARA RESIDENTES EM PAÍSES, TERRITÓRIOS E JURISDIÇÕES DE TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA.....217

6.1 Apontamentos contrários à discriminação instituída .....	219
6.1.1 Critério de discrimine.....	219
6.1.1.1 Nacionalidade .....	220
6.1.1.2 Residentes <i>versus</i> não-residentes.....	223
6.1.1.3 Não-residentes <i>versus</i> não-residentes.....	224
6.1.1.4 Origem e destino.....	224
6.1.2 Afronta a valores e princípios .....	224
6.1.3 Recomendações da OCDE .....	226
6.1.4 Nova lista da OCDE.....	227
6.1.5 A vocação da economia brasileira .....	228
6.1.6 A insuficiência do interesse arrecadatário como motivação para a discriminação .....	228
6.1.7 Necessidade de conhecimento de lei estrangeira .....	228

6.1.8 A ampliação da essência da lista de dependências com tributação favorecida.....	229
6.1.9 Livre concorrência .....	229
6.2 Apontamentos favoráveis à discriminação instituída.....	230
6.2.1 Função extrafiscal.....	230
6.2.2 Livre concorrência.....	233
6.2.3 Combate à evasão fiscal internacional e à alteração artificial do fluxo de alocação de investimentos financeiros e de capitais.....	233
6.2.4 Equalização da tributação mundial .....	235
CONCLUSÃO .....	237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	243